Art. 112.º A admissão à frequência do curso de engenheiro hidrógrafo é feita por concurso entre os primeiros-tenentes e segundos-tenentes da classe de marinha, devendo estes últimos satisfazer às condições especiais de promoção.

Art. 113.º A organização do curso de engenheiro hidrógrafo, as condições do concurso e a classificação dos candidatos são fixadas por diplomas próprios.

Art. 132.º

a) Capitão-de-fragata das seguintes classes: marinha, engenheiros construtores navais, médicos navais, engenheiros maquinistas navais, administração naval, engenheiros de material naval e fuzileiros.

b)

§ único.

Art. 134.º

a)

b)

§ 1.º

§ 2.º

a) Marinha — para promoção a oficiais superiores das classes de marinha, dos engenheiros de material naval, do serviço geral, do serviço especial e de fuzileiros.

b)

c)

d)

e)

§ 3.º

§ 4.º

Art. 212.º

§ único. Os oficiais que ingressarem nas classes dos engenheiros construtores navais, dos engenheiros de material naval e de fuzileiros mantêm os livretes de saúde que já possuíam.

Art. 2.º No artigo 25.º do mesmo Estatuto é incluída uma nova alínea com a redacção seguinte:

j) Fuzileiros:

Comando e inspecção das unidades de fuzileiros e de desembarque;

Exercício de outros cargos para que sejam requeridos os conhecimentos profissionais da sua classe.

Art. 3.º No artigo 151.º do referido Estatuto é introduzido um novo parágrafo, com a redacção seguinte:

§ 3.º Estas reduções de tempo de embarque e de navegação são igualmente aplicáveis aos primeiros-tenentes e segundos-tenentes que prestem ou tenham prestado serviço em unidades de mergulhadores-sapadores.

Art. 4.º No mapa n.º 1, a que se refere o artigo 81.º do Estatuto do Oficial da Armada, é incluída a classe de fuzileiros e estabelecidos os seguintes limites de idade para os diferentes postos da mesma classe:

Classe	Vice-almirante	Contra-almirante	Comodoro	Capitão-de-mar-e-guerra	Capitão-de-fragata	Capitão-tenente	Primeiro-tenente	Segundo-tenente	Guarda-marinha e subtenente
Fuzileiros	-	-	-	62	60	58	56	-	-

Art. 5.º No mapa n.º 3, a que se refere o § único do artigo 146.º do Estatuto do Oficial da Armada, é incluída

a classe de fuzileiros e estabelecidas as seguintes condições especiais de promoção para a mesma classe:

Classe	Para a promoção a	Tempo de permanência no posto	Tirocinios de embarque			Tirocinios em terra	Cursos
			Tempo de embarque	Tempo de navegação — Horas	Tempo de desempenho de certas funções		
Fuzileiros	Capitão-tenente	4 anos	-	-	-	(n) 2 anos	Curso Geral Naval de Guerra
	Capitão-de-fragata	1 ano	-	-	-	-	-
	Capitão-de-mar-e-guerra	2 anos	-	-	-	-	-

(n) Como comandante de unidade de fuzileiros.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Julho de 1968. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Manuel Gomes de Araújo — Fernando Quintanilha Mendonça Dias.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 23 464

Tornando-se necessário e urgente tomar algumas providências que facilitem a execução de objectivos constantes do programa de financiamento do III Plano de

Fomento da província de S. Tomé e Príncipe, aprovados para o ano em curso;

Atendendo ao que foi proposto pelo Governo da província no sentido indicado;

Tendo em vista a autorização do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, concedida em sessão de 12 de Junho corrente;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, que o Governo de

S. Tomé e Príncipe reforçe com as importâncias que se indicam as seguintes verbas da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral em vigor:

Capítulo 12.º, artigo 319.º (III Plano de Fomento):

I) «Agricultura, silvicultura e pecuária»:	
1) «Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris»	550 000\$00
V) «Melhoramentos rurais»:	
1) «Abastecimento de água»	250 000\$00
VIII) «Transportes, comunicações e meteorologia»:	
1) «Transportes rodoviários»	300 000\$00
3) «Portos e navegação»	500 000\$00
4) «Transportes aéreos e aeroportos»	400 000\$00
5) «Telecomunicações»	400 000\$00
X) «Educação e investigação»:	
1) «Educação»	1 000 000\$00
3) «Investigação não ligada ao ensino»	300 000\$00
	3 700 000\$00

por transferência da importância de 3 700 000\$ a sair da verba do capítulo 12.º, artigo 319.º, VIII, n.º 3 «III Plano de Fomento — Transportes e comunicações — Portos e navegação», da mesma tabela de despesa.

Ministério do Ultramar, 5 de Julho de 1968. — O Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. — *J. da Silva Cunha*.

MINISTÉRIOS DO ULTRAMAR E DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Decreto n.º 48 471

Considerando os excelentes resultados com que têm funcionado os Serviços Sociais da Universidade de Lisboa, os Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa e os Serviços Sociais da Universidade de Coimbra, criados, respectivamente, pelos Decretos-Leis n.ºs 47 206, de 16 de Setembro de 1966, e 47 303, de 7 de Novembro de 1966;

Considerando a necessidade que há de instituir serviços análogos nos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique em ordem a assegurar-se a gestão regular e permanente de serviços universitários já existentes ou a estabelecer;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

SECÇÃO I

Instituição, fins e atribuições dos Serviços Sociais dos Estudos Gerais Universitários de Angola e dos Serviços Sociais dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique.

Artigo 1.º — 1. São instituídos os Serviços Sociais dos Estudos Gerais Universitários de Angola e os Serviços Sociais dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique.

2. Os Serviços Sociais constituem um organismo que fica na dependência da respectiva reitoria e tem por fim

colaborar na formação integral dos alunos, proporcionando-lhes boas condições para se consagrarem ao estudo e a outras actividades complementares, dentro de um espírito de perfeita cooperação e harmonia entre os membros do corpo docente e os do corpo discente.

3. Os Serviços Sociais têm personalidade jurídica e governam-se autónomamente, nos termos do presente diploma, mas sem prejuízo da faculdade que assiste ao reitor de lhes dar instruções para o seu bom funcionamento e perfeita realização dos seus fins.

Art. 2.º — 1. As actividades dos Serviços Sociais destinam-se, de modo primacial, a assegurar o funcionamento regular e permanente dos serviços considerados essenciais para a realização dos fins previstos no artigo anterior.

2. Esses serviços, que constituem objecto de secções, serão definidos em despacho conjunto dos Ministros do Ultramar e da Educação Nacional, mediante prévia audiência do reitor.

Art. 3.º Os Serviços Sociais procurarão chamar os membros do corpo docente e os do corpo discente a colaborar nas suas actividades, de modo a realizar-se o ideal assinalado no artigo 1.º e proporcionar-se aos segundos uma experiência directiva e de organização.

SECÇÃO II

Órgãos dos Serviços Sociais

Art. 4.º Os Serviços Sociais têm os seguintes órgãos:

- a) Direcção;
- b) Conselho administrativo.

Art. 5.º A direcção tem a seu cargo a orientação das actividades dos Serviços Sociais e compõe-se dos seguintes membros:

- a) Director dos Serviços Sociais, que presidirá;
- b) Subdirector dos Serviços Sociais;
- c) Directores das secções.

Art. 6.º Compete em especial à direcção deliberar:

- a) Sobre os planos de acção, orçamento e relatório dos Serviços Sociais, a submeter à aprovação do reitor;
- b) Sobre o modo de execução dos referidos planos;
- c) Sobre qualquer outro assunto que o director dos Serviços Sociais lhe apresente.

Art. 7.º — 1. Compete ao director dos Serviços Sociais:

- a) Convocar as reuniões da direcção e orientar os seus trabalhos;
- b) Comunicar ao reitor, por escrito, as deliberações da direcção, imediatamente após o termo das reuniões respectivas;
- c) Promover o cumprimento dessas deliberações;
- d) Superintender na administração de todas as secções dos Serviços Sociais.

2. O reitor pode convocar as reuniões da direcção e participar nelas, caso em que assumirá a respectiva presidência.

Art. 8.º Compete ao subdirector coadjuvar o director dos Serviços Sociais e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos.

Art. 9.º — 1. Compete aos directores das secções administrar as mesmas.

2. Os directores das secções podem ter adjuntos, que os coadjuvarão e substituirão nas suas faltas ou impedimentos, cabendo a substituição, quando na secção haja